

ESTUDOS

**MOVIMENTO ESTUDANTIL
A UNE NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 64***

José Luís Sanfelice

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

II

**INÍCIO DA DÉCADA DE 60:
A PRESENÇA DA UNE NOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS**

No início da década de 60 Jânio Quadros chegou à Presidente do Brasil com uma das mais expressivas vitórias eleitorais do País. Apesar de ter recebido aproximadamente 50% dos votos, Jânio não exerceu nem um ano do seu mandato e renunciou ao cargo, em 25 de agosto de 1961, com a patética declaração:

“Fui vencido pela reação e, assim, deixo o governo. (...) Sinto-me, porém, envergonhado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou me inflamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranqüilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio, mesmo, que não manteria a própria paz política”¹.

Assim que se consumou a renúncia, os Ministros Militares manifestaram-se no sentido de impedir a posse de J. Goulart, então Vice-Presidente, e que naquele momento encontrava-se de viagem fora do Brasil. A solução ilegal deparou-se com resistências lideradas por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio do General Machado Lopes, Comandante do III Exército, e do Comando da 3ª Zona Aérea. Emissora de rádio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná formaram a ‘Rede da Legalidade’, enquanto os governadores de São Paulo — Carvalho Pinto —, Paraná — Ney Braga — e Goiás — Mauro Borges — manifestavam sua adesão ao princípio constitucional.

* Estamos publicando a 2ª parte deste trabalho que ainda terá seqüência no próximo nº de **Reflexão**

2.1 – A UNE E A RENÚNCIA DE JÂNIO

Com o episódio da renúncia na pauta política, a União Nacional dos Estudantes buscou agir rapidamente decretando greve geral, deslocando sua diretoria para o Rio Grande do Sul, centro da resistência legalista, e dirigindo-se aos estudantes através da 'Rede da Legalidade'.

Naqueles acontecimentos do ano de 1961 a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi fechada pela polícia do Governador Carlos Lacerda, e no Jornal "Metropolitano", da União Metropolitana de Estudantes, circulou nota oficial da entidade com o seguinte teor:

"A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional de Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir.

O povo brasileiro, nesta hora de decisão, não pode titubear indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição da força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a letra da Constituição.

Conclamamos o povo e, particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente, cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos.

**A CONSTITUIÇÃO DEVE SER DEFENDIDA !
POVO E ESTUDANTES DO BRASIL, UNIDOS PELA CONSTITUIÇÃO ! UNIDOS PELA LEGALIDADE !"².**

A UNE usou uma linguagem que se pode considerar comedida, mas firme, para se posicionar a favor da legalidade e fazer a denúncia das pressões que sofria. Com isso, disse estar na defesa da democracia e do regime. Os militares, por sua vez, também envolvidos no processo político, não afirmaram ter outros objetivos, mas argumentaram com a acusação do risco que seria ter um Presidente que na sua vida política apoiara manifestações grevistas e expressara sua admiração pelo regime dos países comunistas. "Obstinadamente reacionários e intransigentemente anti-comunistas, não conseguiram deixar de representar Jango na figura de perigoso agitador e de demagogo sindicalista"³.

Registradas as posições acima, lembre-se também que a crise gerada pela renúncia de J. Quadros, acabou sendo contornada com a votação, pelo Congresso, de uma Emenda⁴ que alterou a Constituição em vigor, introduzindo o regime parlamentarista no Brasil. Foi sob tal forma de governo que João Goulart tomou posse, adiando, por algum tempo, o golpe mais radical da direita. Justifica-se, portanto, a afirmação de que o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado⁵.

O regime parlamentarista vigorou até janeiro de 1963 e a volta ao presidencialismo deu-se após um plebiscito realizado em todo o País. O governo presidencialista de Goulart, por sua vez, durou até março de 1964 quando os militares passaram a ocupar o poder. Note-se, entretanto, que naqueles três anos, por muitas vezes a UNE manifestou-se e assumiu posições face às questões políticas nacionais.

Por exemplo, na "Declaração de Porto Alegre" — 2/09/61 — síntese das deliberações e posições assumidas por um Conselho Extraordinário dos Estudantes, avaliou-se como positivo o desfecho do encaminhamento político após a renúncia de Jânio Quadros, mas denunciou-se a existência de um golpe branco dado através da implantação do parlamentarismo. Ao mesmo tempo, a liderança estudantil assim manifestou sua expectativa:

"... queremos que fique clara nossa posição em face da continuidade do processo político interrompido pela renúncia do Sr. Jânio Quadros. Exigimos reformas de base que alterem em profundidade as estruturas caducas e conservadoras da nação. Não consideramos como válida qualquer luta política vazia deste conteúdo e, neste momento, voltamos nossos olhos para Brasília, para o presidente João Goulart, para o Conselho de Ministros, para o Congresso Nacional, para todos os núcleos dirigentes da nação, cobrando com avidez aquelas reivindicações renovadoras de todo o povo brasileiro. Estamos ao lado dos operários, dos camponeses, das forças armadas progressistas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que, juntos, pressionemos às últimas conseqüências, até que estas aspirações sejam realizadas.

A luta pelas medidas nacionalistas de transformação corresponde a uma fase de nossa luta global por aquela transformação mais profunda de nossa sociedade, que terá que caminhar até situações mais justas de equilíbrio de um ponto de vista de democracia e justiça social"⁶.

Através do documento "O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango", de 2/9/61, assinado pelo presidente Aldo Arantes, foram apresentados os seguintes tópicos:

- “1. Um Governo Popular firme e decidido a atender aos interesses das classes trabalhadoras, apoiando-a em suas reivindicações e em sua luta pela Justiça Social.
2. Um Governo apoiando (sic) não em grupos econômicos e na burguesia internacional mas no povo brasileiro que o garantiu e o garantirá no exercício pleno de seus direitos presidenciais.
3. Governo livre trabalhando por um Brasil livre de pressão dos grupos internacionais, do colonialismo, por um Brasil soberano e autodeterminado.
4. Governo de liderança na América Latina comandando a luta pela autodeterminação dos povos em apoio ao bloco neutralista.
5. Governo de consolidação das conquistas nacionalistas, Petrobras, defesa das riquezas minerais, proibição de remessa de lucros, lei antitruste, industrialização do país.
6. Governo de unidade econômica nacional, impedindo a exploração regional, o colonialismo interno.
7. Governo da justiça social e da coibição do abuso econômico de grupos e classes; da planificação e desenvolvimento contribuindo para a justa distribuição da renda nacional; garantindo ainda o direito de greve, a participação nos lucros e cogestão operária.
8. Governo que torne efetiva a reforma agrária, exigência de justiça para milhões de camponeses explorados em seus direitos fundamentais.
9. Governo que leve, custe o que custar, até o fim o seu mandato governamental em defesa intransigente dos sagrados direitos do povo e da nação.

A UNE SÓ TEM UM COMPROMISSO:

LUTAR PELO POVO E PELO BRASIL !
R. G. SUL – 2-9-61”⁷.

2.2. A UNE E O GOVERNO GOULART

Em muitas situações vividas pelo governo de João Goulart, a União Nacional dos Estudantes continuou vindo a público para marcar sua posição. Em relação aos encaminhamentos que precederam à fixação da data do plesbicito, que decidiria pela continuação do parlamentarismo ou pela volta ao presidencialismo, a entidade estudantil assim se manifestou:

“A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, diante do atual estado de crise e inquietação, sente-se no dever de definir perante o povo brasileiro sua posição.

Estudantes de um país espoliado, lutamos em primeiro lugar pela Reforma Universitária, considerada por nós como a luta específica que nos cabe inicialmente no processo de redenção do povo brasileiro.

Nosso compromisso de honra é com a emancipação de uma sociedade justa, a sociedade do operário, do camponês, do homem que trabalha.

Não admitimos conciliações com os oportunistas, os que desejam servir-se do povo e não servi-lo, os que propõem soluções paliativas e vindas de cúpulas, para evitar a ascensão das massas populares ao nível da decisão dos problemas nacionais; não aceitamos falsos dilemas, nem julgamos que a luta seja entre Parlamentarismo e Presidencialismo.

Os estudantes brasileiros deixam claro diante dos partidos dos governantes e das forças Armadas que só batalharão por medidas que tenham por fundamento as classes populares e que assegurem a sua livre manifestação, ponto imprescindível para sua participação efetiva na luta pela emancipação nacional.

O estudante é livre para dizer, neste momento, que seu compromisso não é com as cúpulas nem com as falsas elites, mas com o povo; e que seu compromisso se expressa na luta pela reforma Universitária, pela emancipação deste país, espoliado, pelas reformas imediatas, sem traições ou recusos.

A UNE conclama a todos os estudantes para, coesos em torno dessas posições, permanecermos vigilantes e prontos a nos unir ao povo para a sua redenção.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1962”⁸.

Atenta à vida política nacional, a UNE comportou-se de maneira a assumir compromissos públicos “perante o povo brasileiro”, enquanto o governo João Goulart, ainda na forma parlamentarista⁹, deparou-se com o agravamento da situação econômico-financeira, debateu-se com crises político-institucionais e, aos poucos, foi arcando também com o peso de uma administração relativamente ineficiente. O Presidente, por sua vez, não deixou de postular, nos seus pronunciamentos, pelas Reformas de Base e em muitas ocasiões referiu-se à urgente necessidade de que fossem aprovadas reformas estruturais que superassem os graves problemas de ordem social, econômico e institucional do país. Ao mesmo tempo, proprietários rurais, industriais, setores da Igreja, congressistas liberais e conservadores, parte da imprensa, entendiam que as propostas

por mudanças eram demasiadamente radicais. Os representantes das classes proprietárias e os setores políticos de direita, conservadores, estreitaram sua união na defesa dos próprios interesses e na oposição a Goulart¹⁰.

Liderando o Movimento Estudantil, e com uma compreensão razoável do momento político, a UNE tomou partido. Desejava e achava necessário que as reformas efetivamente se viabilizassem. A própria "Reforma Universitária", já se disse em artigo anterior, passou a ser entendida como uma reforma de Base indispensável. Além do mais, a data do plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, estava se aproximando e, por isso, a UNE reafirmou posições, acrescidas de algumas denúncias:

"Na crise de agosto de 1961, a UNE foi a primeira voz a se erguer, escapando à perplexidade geral, pela posse do presidente eleito. Naquela época, como hoje, articulavam-se as forças anti-nacionais para impor ao país uma ditadura de direita. Diante da pressão do povo não conseguiram o golpe puro e simples. Mas obtiveram uma solução de compromisso, que evitava a ditadura ostensiva, ao mesmo tempo que golpeava a luta popular, impedindo a participação direta do povo no processo político. Instalou-se um parlamentarismo que significou o fortalecimento das oligarquias e do imperialismo.

Naquela época, como hoje, os estudantes traçaram uma posição. Deixando de lado as discussões entre sistemas de governos, conscientes que estes sistemas não trazem em si a solução dos problemas nacionais, sem estar motivados por qualidades ou defeitos dos eventuais ocupantes do governo, consideramos o Ato Adicional um golpe contra a participação política do do povo e estaremos presentes para dizer não em 6 de janeiro.

Mas devemos denunciar que os gorilas de 1961 continuam a exercer a sua atividade anti-democrática.

A luta contra a política externa, as campanhas contra a Petrobrás, o amotinamento na Marinha, as denúncias de supostos movimentos insurrecionais e a visita do Senhor Robert Kennedy ao país, são peças do mesmo sistema golpista destinado a preparar a entrega do país aos grupos econômicos internacionais.

O não ao Ato Adicional deve significar a retomada de uma luta, que se interrompeu com a conciliação de setembro de 1961, e que não admite novas acomodações.

Os estudantes estão presentes para marcar sua posição de luta, e não admitirão que o país prossiga à sombra da conciliação, mas exigirão um governo capaz de enfrentar a luta, particularmente um Ministério da Educação que fuja dos jogos de interesses que o têm norteado o passe a se voltar para o povo.

Nosso NÃO será um NÃO definitivo aos interesses anti-nacionais.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1962"¹

De fato, no ano de 1963, em decorrência do plebiscito nacional, o governo Goulart assumiu a forma presidencialista, enquanto alguns segmentos da sociedade brasileira ficaram com a esperança de uma solução para a crise econômico-financeira. O governo respondeu com o "**Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963/1965** que propôs compatibilizar o combate à inflação com um desenvolvimento que retomasse o crescimento do PIB, ao mesmo tempo, anunciou a pretensão de contribuir para uma melhor distribuição dos frutos do desenvolvimento. Por um conjunto de razões, o **Plano** logo tornou-se inviável política e economicamente. Seus objetivos básicos não se concretizaram e, em momentos sucessivos, o governo sofreu fortes pressões tanto dos segmentos nacionalistas como dos de direita ou de esquerda"². "A sucessão de crises políticas advinda das contradições em que se debatia o governo: ao mesmo tempo que agitava a bandeira do nacionalismo e das Reformas — solicitando, pois, o apoio das massas populares e dos setores políticos de esquerda — Goulart, por outro lado, protelava indefinidamente a realização das medidas populares, afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical, condenava abertamente iniciativas políticas de esquerda... As concessões à reação não se reduziam estes fatos, pois o governo reservava os cargos mais importantes da administração federal (particularmente aqueles responsáveis pela política econômica-financeira) apenas para os representantes das classes dominantes, indicava também 'duros' das Forças Armadas para estratégicos postos de comando e mantinha compromissos com o conservador PSD"³.

No contexto esboçado acima, a UNE emitiu nota oficial, por ocasião das comemorações do 1º de Maio de 1963, para acusar que naquele momento, no Brasil, considerava-se criminosa a agitação popular por melhores condições de existência e pelas reformas de estrutura econômica e social. No seu entender, estava-se punindo os trabalhadores como classe. Era este o sentido do golpismo e das manobras anti-democráticas urdidas pelas forças mais reacionárias do país. O 1º de Maio deveria então estar voltado para a defesa e a ampliação das conquistas democráticas, manutenção do clima das liberdades públicas e efetivação das medidas de organização do povo. Pediu-se, ao mesmo tempo, vigilância contra aqueles que, usando do pretexto de defenderem a Constituição, queriam impedir as reformas que já tardavam, principalmente a reforma agrária.

Dirigindo-se diretamente ao povo brasileiro, a nota oficial fez algumas colocações que são uma tentativa de esclarecimento de como era possível uma proximidade entre estudantes e trabalhadores. Afirmou-

-se, com efeito, que não existiam diferenças profundas entre os estudantes e os trabalhadores. O desejo dos estudantes não era outro senão constituírem-se em trabalhadores das escolas, voltando a universidade para o trabalho, para a vida e para as necessidades de toda a população laboriosa. Era este e não outro o sentido da Reforma Universitária que tanto se buscava. Por outro lado, seriam reacionárias as afirmativas daqueles que insistiam em criar diferenças entre os estudantes e os trabalhadores com o argumento de que o trabalho intelectual teria mais valor do que o trabalho físico. Pelo contrário, ambos os trabalhos, a UNE entendia-os como dinâmicos e que visam a transformar o mundo realizando o homem; todos os homens. Além do mais, são sempre as mesmas causas que impedem a realização de todos os homens, sejam eles funcionários, operários, camponeses, estudantes ou intelectuais. Com tal raciocínio, conclamou-se, encerrando a nota, à união e organização de todos¹⁴.

A análise que a UNE fez da realidade brasileira, naquele momento, ficou registrada em um trabalho elaborado por ela¹⁵ e que destacou os seguintes aspectos: estava próximo, no processo histórico social brasileiro a fase em que os problemas seriam resolvidos porque os mesmos decorriam da estrutura econômica e das relações sociais. Nossa dependência dos Estados Unidos, que estaria controlando nossa produção, nosso comércio exterior, havia se tornado forma de espoliação do povo brasileiro. Os problemas criados por essa dependência é que estavam maduros para serem solucionados.

Por outro lado, do ponto de vista político, o governo Goulart foi identificado como promotor de conciliações entre as forças em choque, a saber: imperialistas e latifundiários de um lado e as forças populares de outro. O governo estaria dominado pela burguesia nacionalista, interessada em reduzir a influência do imperialismo e do latifúndio, mas mantendo-o-se no quadro da expansão capitalista. As tentativas de conciliação, entretanto, só estavam agravando a situação. O que a UNE esperava é que o governo de Goulart definisse e compreendesse que nova conciliação implicaria em adiar, a curto prazo, uma definição já tardia. "Ou as reformas de base prometidas desde a campanha do plebiscito, e daí o conteúdo popular daquela campanha, são efetivadas, inflingindo derrotas ao imperialismo e ao latifúndio, ou a crise continuará a aprofundar-se"¹⁶.

Com relação ao pagamento de nossas dívidas externas a UNE defendeu a Moratória, acreditando que só com a solução dos problemas objetivos postos pela estrutura econômica e pelas relações sociais vigentes, haveria clima de maior tranquilidade no país. Sua palavra de ordem, portanto, foi a seguinte: "... que cada Diretório ou Centro Acadêmico, Diretório Central e Uniões Estaduais, constitua um núcleo de mobilização para se intensificar a luta"¹⁷.

Efetivamente, lembre-se que na cena política brasileira, durante todo o ano de 1963, rondou o fantasma do golpe de Estado. A direita divulgava que ele estava sendo articulado por Goulart com seu dispositivo militar e apoiado por setores de esquerda. As esquerdas, por sua vez, denunciavam a trama golpista da direita e apesar de criticarem o governo, entendiam que não convinha romper com Goulart, levando-se em conta o que consideravam avanço das forças reacionárias. Em termos econômicos, aquele ano revelou o fracasso da política adotada, em apresentar crescimento, com grande inflação, causas de um acentuado descontentamento em diversos setores da sociedade¹⁸.

2.3. A UNE E O GOLPE DE 64

Já bastante enfraquecido e cada vez deparando-se com maiores resistências das forças conservadoras no Congresso — principalmente a União Democrática Nacional e a maioria do Partido Social Democrático — o governo Goulart buscou aproximar-se das correntes reformistas mais radicais que tinham como seus representantes o Deputado Leonel Brizola, o governador Miguel Arraes (de Pernambuco) e de organizações nacionalistas ou de esquerda, dentre as quais a UNE se colocava. Essas forças exigiam uma Constituinte que viesse elaborar uma Constituição favoráveis às reformas proclamadas.

No Congresso Nacional, refletia-se a polarização das diferentes forças da sociedade brasileira naquele momento. De um lado a Frente Parlamentar Nacionalista, formada por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido Socialista Brasileiro, dissidentes do PDS e UDN. Visavam uma luta nacionalista-reformista com o apoio da UNE, da Confederação Geral dos Trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro, que atuava mesmo sem estar legalizado. De outro lado os representantes dos setores conservadores, por sua vez, abrigavam-se na Ação Democrática Parlamentar, auxiliada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que era financiado pela Embaixada dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo, em São Paulo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), formado por um grupo de empresários, divulgava entre seus pares a luta contra o governo; setores extremistas de direita organizavam grupos militarizados e a grande imprensa abria suas baterias contra Jango¹⁹. As reformas sociais preconizadas passavam a ficar fortemente ameaçadas e, no cenário político, manifestou-se, por inteiro, a crise vivida pelo Estado populista quando o governo foi perdendo o apoio de quase toda a burguesia.

Em 13 de março de 1964, aparentemente numa tentativa de solidificar a imagem do governo e demonstrar força, realizou-se grande comício em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde o Presidente Goulart compareceu para anunciar a promulgação de dois decretos, nacionalizando refinarias particulares de petróleo de desa-

propriando propriedades à margem das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação dos açudes públicos. Naquela ocasião o Presidente prometeu, também, que enviaria ao Congresso outros projetos de reformas (agrária, eleitoral, universitária e constitucional) e, disse ainda, que tomaria medidas urgentes na defesa do povo e das classes populares.

Com a percepção de que as facções mais radicais estavam em ascensão, e com receio de que a mobilização popular pudesse crescer, as classes proprietárias e setores conservadores das camadas médias, aterrizados de fato com a ameaça de 'cubanização' do país ou manipulados para isso, participaram em São Paulo da "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", organizada também pela Igreja Católica e empresariado. A 'Marcha' reuniu cerca de quatrocentas mil pessoas. Essas manifestações somaram-se então às conspirações tramadas por grupos de oficiais das Forças Armadas liderados pelo General Olímpio Mourão Filho, pelo Almirante Sílvio Heck, por um grande grupo de coronéis, do qual João Batista de Figueiredo e Costa Cavalcanti faziam parte, e por generais como Ernesto Geisel²⁰.

No final do mês de março, o governador Magalhães Pinto (de Minas Gerais) conclamou o povo para restaurar a ordem constitucional e, no dia 31, o Genral Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar, mobilizou as tropas de Minas e iniciou a marcha em direção ao Rio de Janeiro, contando com o apoio dos Comandantes do II e IV Exércitos e de diversos governadores. Apesar de todo o envolvimento que tinham no processo político, as forças nacionalistas e de esquerda foram surpreendidas sem esquema militar de defesa, divididas internamente, impossibilitadas de reação a não ser em tentativas muito isoladas e infrutíferas. O que se convencionou chamar, na história política brasileira, de pacto populista, atingiu, naquele momento, o ápice de sua crise visível²¹.

A União Nacional dos Estudantes, coerente com as posições assumidas até então, não deixou de se manifestar, na oportunidade dos acontecimentos que antecederam a queda do governo constitucional e também nos episódios do dia 31 de março de 1964. Tendo em vista o golpe, pela legalidade e pela Liberdade Democrática", a UNE decretou greve geral dos estudantes em todo o território nacional.

Na nota expedida e assinada pelo acadêmico José Serra, presidente da entidade dos estudantes naquele momento, lê-se a denúncia de que já estava em prática o golpe desesperado da reação. Foram identificados como elementos da reação os governadores, adjetivados de fascistas, Adhemar de Barros, Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Nei Braga e Ildo Meneghetti. Magalhães Pinto (governador mineiro) foi considerado um defensor dos seus privilégios bancários e comandante do início do golpe em seu Estado. A UNE advertiu todo o estudantado sobre a ameaça de ser atacada a Confederação Geral dos Trabalhadores

e de serem fechados os sindicatos nas Guanabara. Conclamou-se, finalmente, as UEEs, executivas nacionais, centros e diretórios acadêmicos, para que se mobilizassem contra o 'impeachment' que estava sendo pretendido pelas forças de direita, visando depor o Presidente João Goulart²².

Sabe-se que os propósitos de resistência da UNE não conseguiram impedir que o golpe, já articulado, fosse evitado e o governo constitucional de Goulart derrubado. O Congresso Nacional apressou-se em declarar vaga a presidência da República e já em 2 de abril o presidente daquela casa, senador Auro de Moura Andrade, empossou Ranieri Mazzilli no lugar de Goulart. Este, por suavéz, numa situação de presidente deposto exilou-se no Uruguai, enquanto, sintomaticamente, o governo dos Estados Unidos tornou-se o primeiro a reconhecer a nova situação política brasileira. Líderes reformistas começaram a deixar o País, asilando-se em Embaixadas estrangeiras e centenas de pessoas eram levadas para as prisões.

2.4. AS PRIMEIRAS RELAÇÕES DA UNE COM OS GOLPISTAS DE 64.

Com o Movimento golpista de 64 instalando-se no poder, deu-se rápida resposta à UNE: seu prédio foi incendiado e os documentos do Centro Popular de Cultura destruídos. A. J. POERNER²³ fez referências a tais fatos transcrevendo um trecho do artigo intitulado 'A verdade do movimento estudantil', publicado no "Jornal do Brasil" de 6 de novembro de 1966: "No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o Governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao País um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (cf. Ministro Juraci Magalhães, **o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil**), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à Universidade e ao estudantado..."

Sobre os mesmos acontecimentos, o depoimento de Altino Dantas registrou o seguinte:

"O golpe militar de 1º de abril de 1964 voltava toda a sua ferocidade à classe operária, muito mais pelo que ela poderia avançar do que de fato pelo que avançou até aquele momento. Os estudantes foram atingidos pelo crime — que muito os honra — de ter procurado se colocar ao lado dos trabalhadores. Ou pelo menos por pensarem os golpistas que isso ocorria. A sede da UNE (...) foi incendiada por bandos repressores

insuflados pelos golpistas. Bandos que sempre embalaram o desejo de destruir a UNE, uma vez que por eleições ou outro processo democrático foram sempre repudiados pela imensa maioria dos estudantes. A UIE (União Internacional dos Estudantes) elaborou um cartaz com a fotografia da UNE em chamas e o espalhou, com grande repercussão, pelo mundo inteiro”²⁴.

As primeiras relações entre o Movimento de 64 e a UNE, após o golpe, estavam estabelecidas.

Concluindo estes passos, lembre-se ainda que nos dias imediatos após o golpe de 64, uma Junta Militar autodenominada “Comando Supremo da Revolução” assumiu o controle do governo e em 9 de abril demonstrou, pela primeira vez, uma das fortes características de como seria a forma de procedimento dos que haviam se instalado no poder, editando o Ato Institucional nº 1. A partir de então, uma ampla legislação passou a ser elaborada, na maioria das vezes, pelo próprio Poder Executivo. Sucederam-se muitos Atos Institucionais, alterações na Constituição, leis pertinentes à Segurança Nacional e à Imprensa. Teve início um período que ficou, acentuadamente, marcado por sucessivas tentativas práticas de se manter setores da sociedade brasileira à margem da luta política e das deliberações econômicas. Evaldo VIEIRA²⁵ referiu-se aos acontecimentos que se configuraram no pós-64 afirmando: “Tudo sugeriu que o processo sócio-histórico do Brasil já estava traçado por alguns, exigindo para tanto correções de ocasiões, através de providências autoritárias, impingidas à população”, e: “Passou-se a glorificar a modernização, a taxa de crescimento, o tecnicismo e a eficiência. Ora, o povo tornou-se algo a ser olhado somente dos palanques e a ser informado das últimas decisões governamentais”.

Quanto à UNE e ao Movimento Estudantil que haviam assumido as posições políticas e ideológicas já apresentadas, passaram a sofrer muitos ataques da reação que se desencadeou pós-64. Começaria a se configurar um período de relações extremamente conflituosas entre estudantes e governos. Não houve espaço, receptividade ou aceitação para uma UNE com as características que a entidade havia adquirido. Por outro lado, paralelamente à repressão, os governos militares e os grupos que representavam, empenharam-se numa tarefa obsessiva, visando o controle, a manipulação ou a redefinição do Movimento Estudantil. É preciso que se registre, entretanto, que o controle político que se desenvolveria no País não voltou seus ataques apenas contra estudantes, professores ou intelectuais. Mais do que isso: não era este o alvo principal a ser atingido, mas sim proletariado ao qual os estudantes, em muitas ocasiões, se referiram de forma genérica como sendo O POVO²⁶.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, Francisco e outros. **História da sociedade brasileira**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ao Livro técnico, 1981, 339p.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart; as lutas sociais no Brasil: 1961 — 1964**. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, 187p.
- BENEVIDES, Maria V. **O governo de Jânio Quadros**. São Paulo, Brasiliense, 1981, 88p.
- DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado; ação política, poder, e golpe de classe**. Petrópolis, Vozes, 1981, 814p.
- POERNER, A. J. **O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 381p.
- SOUZA, Maria I. S. de. **Os empresários e a educação; o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis, Vozes, 1981, 211p.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1983, 123p.
- UNE. Nota oficial. In: CASTILHO, Andes (ed.) **Apesar de tudo UNE REVISTA**; elementos para uma história da UNE. São Paulo, Edições Guarará & DCE-Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme; s/d, s/p.
- UNE. Declaração de Porto Alegre. **Movimento**. setembro de 1961. p.5.
- VÁRIOS. **História da UNE**; depoimentos de ex-dirigentes. São Paulo, Editorial Livramento, 1980, 128p.
- VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**, de Getúlio a Geisel. São Paulo, Cortez Editora, 1983, 240p.

NOTAS:

- (1) Maria V. BENEVIDES, **O governo Jânio Quadros**, p. 73.
- (2) UNE. Nota Oficial. In: Andres CASTILHO (ed.), **Apesar de tudo UNE REVISTA**, s/p.
- (3) Caio Navarro de TOLEDO, **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 16.
- (4) Trata-se da Emenda Constitucional nº 4, promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 1961 e que foi revogada pela Emenda de nº 6 quando do estabelecimento do sistema presidencial de governo. Adriano CAMPANHOLE e L. CAMPANHOLE, **Constituições do Brasil**, p. 276-80.
- (5) Caio N. de TOLEDO, **O governador Goulart e o golpe de 64**, p.7.
- (6) UNE. Declaração de Porto Alegre. **Movimento**, set. de 1961, p. 5.
- (7) UNE. Movimento, set. de 1961, s/p.
- (8) UNE. Nota Oficial. In: Andes CASTILHO (ed.), **Apesar de tudo UNE REVISTA**, s/p.
- (9) "Excluída a direita mais ardorosamente anticomunista a antijanguista (a maioria da UDN, IPES/IBAD, imprensa conservadora, etc.), poucos 'moveram uma palha'

em defesa do parlamentarismo. Em contrapartida, inúmeras foram as entidades e organizações que se empenharam na batalha política pelo retorno do presidencialismo...

Durante a campanha do Plebiscito, importantes figuras da oficialidade militar posicionaram-se a favor da volta ao presidencialismo. Poucas razões igualmente tinham os trabalhadores para apoiarem o regime parlamentarista. Nas últimas semanas de 1962, a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) conclamava os trabalhadores brasileiros a comparecer ao referendun: "Todos, no dia 6 de janeiro de 1963, assinalem o NÃO: NÃO à espoliação do país; NÃO aos exploradores do povo; NÃO à carestia e à fome. Portanto, companheiro, um NÃO grande ao parlamentarismo". A rigor, para os trabalhadores, a luta pela retomada do presidencialismo significava, simplesmente, dar um 'voto de confiança' ao presidente da República que vinha defendendo publicamente a realização de reformas fundamentais na estrutura da sociedade brasileira". Caio N. de TOLEDO, *O governo Goulart e o golpe de 64*, p. 36-38.

(10) Caio N. de TOLEDO, *O governo Goulart e o golpe de 64*, p. 11 — 40.

(11) UNE. Manifesto sobre o plebiscito de 6 de janeiro. In: Andres CASTILHO (ed.), *Apesar de tudo UNE REVISTA*, s/p.

(12) "O Plano Trienal esteve presente nas duas tentativas de estabilizar a crítica vida econômica do Brasil da época de Jango, tentativas realizadas por San Thiago e por Carvalho Pinto, em momentos diferentes... Transcorrida a fase parlamentarista de seu governo, o Presidente Goulart se envolveu então com a política econômica de San Thiago, novo Ministro da Fazenda, do seu primeiro ministério presidencialista. Tanto Celso Furtado (do Planejamento), quanto San Thiago Dantas (da Fazenda), procuraram levar adiante o Plano Trienal concebido pelo primeiro. Nesta fase, promoveu-se reforma fiscal e de novo se buscou a uniformização das taxas cambiais, abolindo-se os subsídios. Como ocorreria com Jânio Quadros, estas providências ajudaram no aumento imediato do custo de vida. Os preços surpreenderam as previsões do Plano Trienal, ultrapassando-as já em 1963. O Plano Trienal significou, neste momento, a grande vítima das conseqüências da política antiinflacionária, que ele mesmo pregara.

A segunda tentativa de estabilização econômica, no governo presidencialista de Goulart, partiu de Carvalho Pinto, outro Ministro da Fazenda. Seu compromisso prioritário estava no combate à inflação. E desejava cumpri-lo com a adaptação do Plano Trienal, de modo que este pudesse ser o orientador da nova realidade econômico-financeira. Não foi bem sucedido em sua política também antiinflacionária, deixando-o ao último Ministro da Fazenda do período de Goulart, Nei Galvão. Ainda naqueles tempos, houve quem criticasse as fantasias contidas no Plano Trienal, que prometia taxas crescentes de expansão do produto real, quando, na verdade, preparava a depressão econômica para os meses imediatos. Aqueles que se opunham ao Plano, acusavam-no de incentivar o desemprego, a falência das empresas e a desordem econômica, embora assim o fizesse em nome do desenvolvimento e da ordem social. A evolução dos preços bem esclarece a parca eficiência do Plano Trienal". Evaldo VIEIRA, *Estado e miséria social no Brasil* — de Getúlio a Geisel —, p. 159-60.

(13) Caio N. de TOLEDO, *O Governo Goulart e o Golpe de 64*, p. 59-60. A afirmativa, "combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical", parece um pouco precipitada para aquele contexto histórico. É provável que não houvesse tanta autonomia sindical quanto a afirmação faz crer.

(14) UNE. Nota oficial em 1º de maio. In: Andres CASTILHO (ed.), *Apesar de tudo UNE REVISTA*, s/p.

(15) UNE. Realidade Brasileira. In: Andres CASTILHO (ed.), *Apesar de tudo UNE REVISTA*, s/p.

(16) UNE. Realidade Brasileira. In: Andres CASTILHO (ed.), *Apesar de tudo UNE REVISTA*, s/p.

- (17) *Ibid.*, s/p.
- (18) Caio N. de TOLEDO, **O governo Goulart e o golpe de 64**, p. 63-67.
- (19) Maria I. Saldago de SOUZA, **Os empresários e a educação**. O IPES e a política educacional após 64, *passim*, René Armand DREIFUSS, 1964: **a conquista do Estado** — ação política, poder e golpe de classe, *passim*.
- (20) Moniz BANDEIRA, **O governo João Goulart** — as lutas sociais no Brasil: 1961-1964, p. 126-51.
- (21) Francisco ALENCAR e outros, **História da sociedade brasileira**, p. 304-06; Caio N. de TOLEDO, **O governador Goulart e o golpe de 64**, p. 89-103 e Evaldo VIEIRA, **Estado e miséria social no Brasil** — de Getúlio a Geisel, p. 128-86.
- (22) Cf. Andres CASTILHO (ed.), **Apesar de tudo UNE REVISTA**, s/p.
- (23) **O poder jovem**, p. 219.
- (24) VÁRIOS, **História da UNE**, p. 31.
- (25) Estado e miséria social no Brasil — de Getúlio e Geisel, p. 191-204.
- (26) Um confronto entre as posições políticas e ideológicas sustentadas pelo Movimento Estudantil liderado pela UNE e o Movimento Estudantil atrelado ao Movimento de 64, poderá ser feito com a leitura de René Armand DREIFUSS, 1964: **a Conquista do Estado**, Cap. VII, p. 282-90.